

SETOR PRECISA DE MAIS CRÉDITO

O desafio é adaptar a política de crédito às especificidades da hortifruticultura

A participação do crédito oficial é pequena na hortifruticultura, bem menor que a registrada para outras culturas. O montante disponibilizado pelo sistema público de crédito equivale a somente 7% do valor total da produção de hortifrutícolas (considerando-se informações do IBGE), enquanto que culturas como soja e milho chegam a obter o equivalente a 18% e 25%, respectivamente.

Dos hortifrutis, a melhor estrutura de financiamento via bancos é a da cadeia da maçã. Além de ter a melhor relação entre recursos públicos de custeio e valor gerado pela cadeia (de 13%), a maçã dispõe de créditos para investimentos – como formação de pomares – e é uma das poucas frutas frescas (a outra é o pêssigo) a ter linha de financiamento do governo federal para a comercialização. No entanto, essa cadeia é uma exceção, já que a maioria tem poucas linhas de crédito e o financiamento do custeio é inferior a 10% do total gerado pelo produto.

Tabela 1. CRÉDITO RURAL É BAIXO PARA OS HORTIFRUTÍCOLAS

Quanto os financiamentos públicos de custeio representam o valor total gerado pela cultura?

Cultura	Custeio ¹	Valor da Produção ²	Crédito/Valor da
			Produção
	Milhões de R\$		%
Melão	3,85	315,87	1%
Mamão	19,41	894,54	2%
Banana	81,41	2.910,16	3%
Manga	19,41	657,45	3%
Tomate	112,33	2.094,37	5%
Batata	111,78	2.036,22	5%
Uva	160,51	1.708,36	9%
Cebola	79,29	774,53	10%
Laranja	529,02	5.154,44	10%
Maçã	111,07	830,17	13%
Hortifrutícolas (principais)	1.228,10	17.376,11	7%
Soja	4.715,18	25.794,99	18%
Milho	3.880,81	15.616,49	25%

¹ Valor disponibilizado pelos bancos para o custeio dos produtores e cooperativas em 2007, estatísticas compiladas pelo Banco Central (www.bacen.gov.br)

² Valor médio da produção em R\$ estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007 (www.sidra.ibge.gov.br)

O baixo valor de crédito oficial usado pelo setor pode estar relacionado a dois fatores. O primeiro é que o montante disponibilizado pelo governo por produtor é baixo se comparado às suas necessidades com a hortifruticultura. Ou seja, falta uma política de crédito rural adaptada à estrutura de custeio e investimento específica para o setor hortifruticultor. Outro motivo seria a falta de demanda, decorrente do desconhecimento de boa parte dos produtores sobre as diferentes linhas de financiamentos ou mesmo por questão cultural, já que muitos hortifruticultores costumam optar pelo autofinanciamento, evitando o “dever para os outros”.

Como é relativamente pequeno o crédito público para a hortifruticultura, o setor acaba tendo como principal financiador o capital dos próprios produtores. Pesquisa realizada pela **Hortifruti Brasil** com 137 produtores de frutas e hortaliças atuantes nas principais regiões do País revela que mais da metade dos entrevistados utiliza mais de 80% de capital próprio para custear sua produção. A pesquisa foi feita na primeira quinzena de janeiro de 2009 e abrangeu produtores de pequeno, médio e grande porte. Os resultados não têm a ambição de retratar a totalidade da hortifruticultura brasileira, mas fornecem um quadro razoável sobre como o setor tem sido financiado.

Interpretando os resultados, fica evidente a necessidade de que as políticas públicas sejam adaptadas às características do setor de modo a contribuir para sua sustentabilidade econômica. Um quadro geral a respeito do uso do crédito rural pelos produtores de frutas e hortaliças é descrito nos itens a seguir.

Tabela 2. PRODUTOR É O PRINCIPAL INVESTIDOR DO SETOR HORTIFRUTÍCOLA

% de capital próprio	% dos produtores ¹
Acima de 80% do capital próprio	55%
Entre 50% e 70% do capital próprio	26%
Abaixo de 50% do capital próprio	14%
Não declarado	5%

Fonte: Hortifruti Brasil

¹ 137 produtores consultados pela equipe da Hortifruti Brasil em janeiro de 2009.

PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO E FINANCIADORES DO SETOR HORTIFRUTICULTOR

As três linhas de crédito mais importantes na agricultura são: **custeio**, **investimento** e **comercialização**. O **custeio** refere-se ao financiamento do desembolso do produtor com a cultura, como compra de insumos e o pagamento da mão-de-obra. Recursos para **investimento** são voltados à compra de tratores, máquinas, implementos, sistemas de irrigação, formação/renovação de pomares e também para a construção de galpões e armazéns. Apoio para a **comercialização** é uma linha restrita a certas culturas, principalmente às que permitem ao produtor/comprador estocar o produto e comercializá-lo futuramente, em condição melhor de mercado.

Para cada linha de crédito, há distin-

tas taxas de juros, prazos de pagamento e períodos de carência. Essas variações ocorrem em função da escala de produção, basicamente dividida em dois grupos. O primeiro compreende produtores de pequena escala, cujas atividades de produção são supridas em sua maior parte pela mão-de-obra familiar. Esses produtores terão acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que oferece as menores taxas de financiamento – de 1% a 5,5% ao ano. O segundo grupo abrange todos aqueles que não se enquadram no Pronaf. Os juros para esses produtores são maiores, mas têm à disposição um montante de recursos muito superior quando comparado ao primeiro grupo.

Exigências para participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- ⊙ Ter no máximo 2 funcionários fixos;
- ⊙ Possuir área de até 4 módulos fiscais (a área varia de acordo com a região);
- ⊙ Produzir na terra na condição de proprietário(a), posseiro(a), arrendatário(a), parceiro(a) ou assentado(a);
- ⊙ Residir na propriedade ou em local próximo e ter no trabalho familiar a base da produção;
- ⊙ Ter parte da renda gerada na propriedade familiar (de 30 a 80%);
- ⊙ Ter renda bruta anual de no máximo R\$ 110.000,00.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br/saf/)

LINHAS DE FINANCIAMENTO DO PRONAF

Para contratos de Custeio:		Para contratos de Investimento:	
Financiamento	Taxa de juros/ano	Financiamento	Taxa de juros/ano
Até R\$ 5 mil	1,5%	Até R\$ 7 mil	1%
De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil	3%	De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil	2%
De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil	4,5%	De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil	4%
De R\$ 20 mil a R\$ 30 mil	5,5%	De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil	5,5%

Fonte: MDA/SAF

Virose na sua plantação, só se você não usar Chess.



Se você é produtor de tomate, use Chess para acabar com a transmissão de viroses na sua plantação. Ele é o único inseticida no mercado que funciona paralisando a alimentação da mosca-branca e, com isso, impedindo que ela transmita viroses que atrapalham a sua plantação. Para garantir uma boa produção e frutos com vigor, use Chess.

O mais novo inseticida da Syngenta.

Chess[®] WG

Estratégico contra as viroses.



ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte
sempre um
Engenheiro
Agrônomo



Venda
sob
receituário
agronômico



0800 704 4304
faleconosco.casa@syngenta.com

syngenta.

www.syngenta.com.br

APESAR DOS JUROS, SETOR TEM DE RECORRER A REVENDAS

A captação de recursos para o custeio de cada safra começa pelos recursos oficiais, que têm taxas de juros de 6,75%. Como o montante é sempre insuficiente, produtores costumam também obter parte junto aos bancos, mas a juros superiores. Conforme os entrevistados desta pesquisa, na média anual, a taxa dos recursos obtidos via banco é de 8%.

Em busca de mais crédito, produtores recorrem também ao financiamento das

revendas, principalmente para a aquisição de defensivos. No entanto, a taxa de juros dessas operações é bem mais elevada, com média de 24% ao ano, chegando a 39%, segundo a pesquisa da **Hortifruti Brasil**. Muitos produtores não têm a percepção desse dispêndio com juros porque o valor fixado é mensal (1,8% ao mês) e hortifruticultores costumam quitar a dívida em 3 ou 4 meses – ciclo da safra.

CRÉDITO DE INVESTIMENTO VAI QUASE TODO PARA MÁQUINAS

De cada quatro hortifruticultor que obtém crédito de investimento, três o destina para a compra de máquinas, mais precisamente de trator, conforme apurado nesta pesquisa. O restante vai para formação/reforma de pomares e, em menor parte, para infraestrutura, como construção de barracões.

O Anuário Estatístico do Banco Central, de 2007, aponta situação semelhante à obtida neste levantamento da **Hortifruti Brasil**. A renovação/formação de pomares teria baixa demanda, sendo que o montante solicitado para esse fim concentrou-se, naquele, nas culturas da laranja, banana, uva, maçã e mamão.

A taxa de juros, segundo os entrevistados da **Hortifruti Brasil**, variou de 2% a 12% ao ano para o financiamento das máquinas.

Além desses juros relativamente baixos, outras vantagens apontadas pelos produtores são o prazo de pagamento

que se estende em média por 5 anos e a carência, em geral, de 12 meses para a quitação da primeira parcela.

Recursos para investimentos podem ser captados através do Moderfrota, Moderagro, Moderinfra, Pronaf mais alimentos e Finame. A maioria dos entrevistados não soube especificar exatamente a linha utilizada, mas apresentou informações detalhadas a respeito das condições de pagamento. Curioso foi observar que o produtor não mantém o mesmo rigor quando fala dos juros, carência e prazo de pagamento do capital obtido para custeio.

Isso demonstra que o produtor é mais criterioso na aquisição de financiamento para investimento do que custeio, principalmente por não ter a mesma urgência para receber o recurso. No entanto, seria prudente que o produtor analisasse com igual atenção o crédito obtido para custeio, antecipando o máximo possível a busca por esse capital.



Tabela 3. PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO
DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Linhas de Investimento	Taxa de Juros (% aa) ¹	Limite de Crédito - R\$ mil ²	Prazo de Pagamento/ carência (anos) ²
Moderinfra	6,75%	1.000	8
Moderagro	6,75%	250	8
Moderfrota	7,50% a 9,50%	150	6 a 8
Pronaf mais alimentos	2%	100	10
Finame	Até 12,55%	variável	5

¹ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

² Plano Agrícola e Pecuário 2008/09

SETOR PRIVADO TAMBÉM PODE FINANCIAR O SETOR

Praticamente, em nenhuma cultura agrícola, os recursos públicos oficiais conseguem atender completamente as suas necessidades de recursos. Assim, há arranjos de financiamento com parcerias do setor privado ou mesmo com o sistema financeiro que o produtor pode optar como uma forma alternativa de financiamento.

Nesse grupo, a forma de financiamento mais apontada pelos entrevistados é o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), que é a antecipação total ou parcial de recursos financeiros ao exportador, em moeda nacional, correspondente a pagamento que será efetuado por importador em futuro próximo. Ela se mostra bastante atraente ao exportador, pois ele realiza essa operação captando recursos a taxas internacionais e pode aplicá-los à taxa doméstica mais elevada. Também permite que o exportador capte recursos de curto prazo para financiar capital de giro e viabilizar a produção com custos financeiros mais vantajosos do que os que seriam obtidos junto a fontes domésticas. No entanto, os beneficiários são principalmente produtores de frutas de grande escala de produção,

devido à burocracia para se obter essa linha de financiamento. No mercado doméstico, o mais comum é o adiantamento de recursos dos compradores (atacadistas e agroindústrias) para os produtores, mas as condições do financiamento variam muito.

Outra alternativa de captação de recursos do mercado – sem apoio do governo – é a Cédula do Produtor Rural (CPR), mas muito pouco utilizada pelo setor – nenhum dos entrevistados relatou que usou esse instrumento de crédito. A CPR nada mais é do que um título que permite ao produtor captar recursos através do comprometimento futuro de entrega de produtos agrícolas ou de pagamento financeiro. Neste último caso, é cobrada taxa de juros sobre o montante obtido. Essa taxa é muito acima dos 6,75% do crédito oficial, mas pode ser menor que a praticada pelo sistema bancário tradicional e pelas vendas. Normalmente, a taxa de CPR financeira (pagamento em dinheiro e não em produto) varia em torno de 20% ao ano. Apesar de essa modalidade ser mais comum em setores como grãos e pecuária de corte, há registros de CPR para hortifrutícolas desde laranja até folhosas.

HORTIFRUTICULTURA É CARENTE DE FINANCIAMENTO PARA COMERCIALIZAÇÃO

Das três frentes de crédito disponíveis para a agricultura (custeio, investimento e comercialização), a menos adaptada para a hortifruticultura é a de apoio à comercialização. Pode-se dizer que somente as culturas de pêssego, uva industrial, alho e maçã contam com política específica para essa etapa.

Quanto à política de crédito governamental, a cultura da maçã é a que recebe maior incentivo à comercialização das frutas frescas. Segundo o Anuário Estatístico do Banco Central, em 2007, a cadeia da maçã teve um aporte através da Linha Especial de Crédito (LEC) de R\$ 100 milhões. O objetivo principal dessa linha é regular a oferta da

fruta, evitando a concentração durante a colheita. Para tanto, financia sua estocagem ao longo do ano. Pêssego é outra cultura beneficiada pela LEC. O funcionamento é simples: o governo federal se compromete a conceder empréstimos a 6,75% a.a. às agroindústrias que comparem a maçã ou o pêssego por um valor mínimo estipulado. O volume de crédito será proporcional às aquisições da fruta. Para 2009, o valor mínimo a ser pago por agroindústrias pela maçã e pêssego é de R\$ 0,60/kg e de R\$ 0,55/kg, respectivamente.

GOVERNO AJUDA A PAGAR SEGURO DA PRODUÇÃO

O seguro rural, hoje, é mais acessível devido ao subsídio (subvenção) dado pelo governo federal em conjunto com alguns estaduais. Para fazer o seguro de tomate envarado no valor de R\$ 35.000,00/hectare no estado de São Paulo, por exemplo, é cobrada uma taxa de 4,22% desse montante, isto é, R\$ 1.477,00/ha. Esse valor é alto para o produtor, mas o governo federal atualmente arca com 40% do total. Do restante (R\$ 886,20/ha), o governo paulista banca 50%, sobrando para o produtor R\$ 443,10 por hectare. A esse valor serão adicionados somente R\$ 60,00 da apólice total.

No final do ano passado, uma forte chuva de granizo na região sul de São Paulo causou prejuízos em 2,5 milhões de pés (de um total de 28 milhões de pés). O produtor que não assegurou

sua lavoura teve prejuízo bem superior ao valor que teria sido pago pelo seguro. Em muitos casos, o produtor ficou sem a lavoura e sem condições de replantá-la.

Apesar da excelente iniciativa do governo federal e de alguns estados, a área de seguros deveria ter uma cobertura para outras adversidades no setor de frutas e hortaliças, como incidências de doenças que não apresentam controle agrônômico. A demanda dos citricultores paulistas, por exemplo, é que o governo subsidie um seguro para cobrir os prejuízos como o *greening*. A ocorrência dessa doença implica na erradicação da árvore e em prejuízos econômicos significativos.

Outro ponto importante é que o valor da subvenção do governo federal é maior para algumas frutas que para outras. O governo federal subvenciona em 60% culturas como ameixa, caqui, figo, kiwi, maçã, nectarina, pêra, pêssego e uva. Já tomate, hortaliças e demais frutas contam com 40% de subvenção.

Tabela 4. DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO NÃO ATENDE ÀS NECESSIDADES DO HORTIFRUTICULTOR

Necessidade de custeio por hectare/ano e limite de custeio por produtor (CPF)

Cultura	Necessidade de custeio (R\$) por hectare ¹	Limite crédito (custeio) por CPF (R\$)	Área custeada através do crédito oficial (ha)
TOMATE	42.739,20	130.000,00	3,04
BATATA	17.500,00	130.000,00	7,43
MAÇÃ (beneficiada)	47.444,44	400.000,00	8,43
CEBOLA	15.200,00	130.000,00	8,55
UVA	39.600,00	400.000,00	10,10
CENOURA	10.643,45	130.000,00	12,21
MELÃO	28.800,00	400.000,00	13,89
MAMÃO	20.000,00	400.000,00	20,00
CITROS	12.000,00	400.000,00	33,33
MANGA	9.500,00	400.000,00	42,11
BANANA	8.590,91	400.000,00	46,56

¹ Gasto médio por safra (média e alta tecnologia) estimado pelo Cepea com base em informações de produtores.

CRÉDITO RURAL É POUCO ADAPTADO ÀS CONDIÇÕES DO SETOR

O crédito de custeio disponibilizado pelo governo é muito pequeno quando comparado às necessidades de desembolso tanto do pequeno quanto do grande hortifruticultor.

Um produtor de tomate de média a alta tecnologia, voltado à produção da fruta fresca, gasta por hectare cerca de R\$ 43 mil por safra (pode cultivar até três safras por ano), mas pode captar por ano apenas cerca de R\$ 130 mil para custear toda sua produção (área total). Em alguns casos, o produtor consegue elevar em 30% esse valor (veja detalhes no *Fórum*).

A proporção melhora um pouco para as frutas, com o limite por produtor aumentando para R\$ 400 mil/ano. Essa diferença, porém, suscita o questionamento de porque frutas recebem mais que hortaliças, uma vez que ambas são intensivas em capital e mão-de-obra (assunto abordado no *Fórum* com representante do governo).

Com pouco crédito oficial à disposição, produtores, especialmente de hortaliças, são forçados a tomar linhas de crédito mais caras que se somam também a seus recursos próprios, completando o financiamento da produção. Segundo a pesquisa da **Hortifruti Brasil**, os horticultores tomam mais crédito de revendas para financiar seus insumos do que os fruticultores. Dos produtores de frutas entrevistados, somente 6% deles obtiveram parte dos recursos com revendas, sendo que, na média, esse montante representou 25% do capital de terceiros. Já entre os horticultores – produtores principalmente de batata, tomate e cebola –, 38% deles recorreram a revendas e os recursos destas representaram em média 35% do total obtido com terceiros. Assim, provavelmente, o custo do capital de giro das hortaliças é superior ao das frutas.

As características da hortifruticultura, muitas vezes, fazem com que um produtor de pequena escala, que mantém negócio gerenciado pela família, não se enquadre ao Pronaf. Tanto o montante financeiro movimentado quanto a contratação de mão-de-obra tipicamente envolvidas na produção de frutas e hortaliças podem infringir as regras gerais desse programa. Em culturas como tomate e uva, por exemplo, é comum haver mais de 2 funcionários fixos em um único hectare.

Por outro lado, encontram-se também alguns casos de hortifruticultores que, apesar de estarem aptos a acessar o programa, não o utilizam e, na maior parte das vezes, porque não o conhecem em detalhes. Aos que pude-

Afinal, o que este sanduíche tem a ver com a Nunhems?



www.ahortifruti.com.br

A resposta é Inovação. Através da pesquisa, a Nunhems, companhia de sementes de hortaliças da Bayer CropScience, oferece ao produtor variedades desenvolvidas para suas condições de cultivo, além de visar as necessidades do mercado como um todo. Isto é Qualidade e Saúde. No seu portfólio de produtos, encontram-se variedades de expressão, como o tomate PIZZADORO, os melões da linha MAGENTA, a melancia JENNY, a cenoura do tipo "baby", entre outros. Entre em contato com a nossa equipe e ponha mais valor no que você produz.

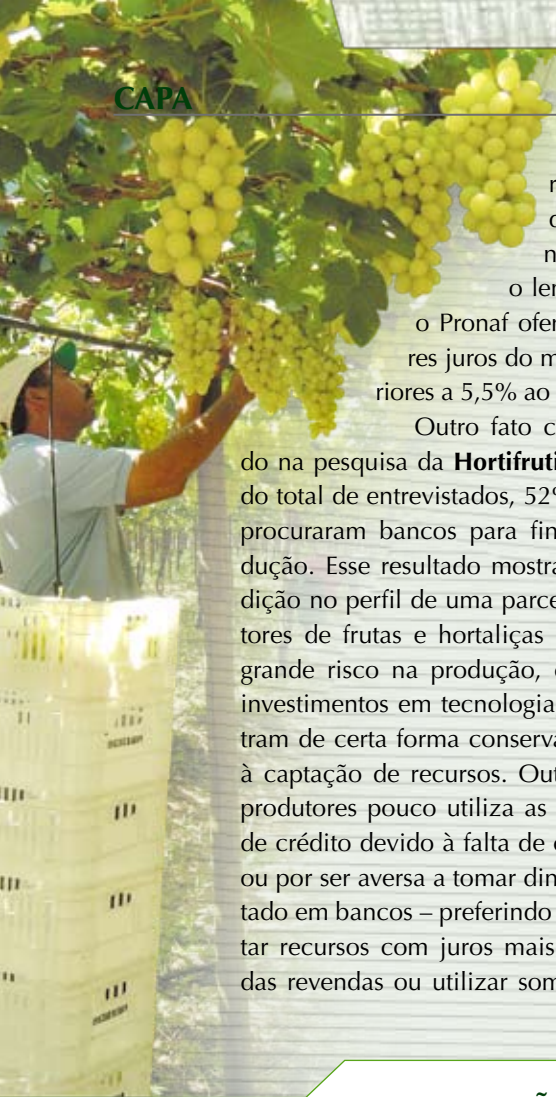


Fone: (19) 3236.9500
Fax: (19) 3236.9696
brasil@nunhems.com



nunhems®
the global specialist

Inovação do campo à mesa.



rem participar do programa, no entanto, fica o lembrete de que o Pronaf oferece os menores juros do mercado – inferiores a 5,5% ao ano.

Outro fato curioso revelado na pesquisa da **Hortifruti Brasil** é que, do total de entrevistados, 52% nem sequer procuraram bancos para financiar a produção. Esse resultado mostra uma contradição no perfil de uma parcela dos produtores de frutas e hortaliças que assumem grande risco na produção, com elevados investimentos em tecnologia, mas se mostram de certa forma conservadores quanto à captação de recursos. Outra parcela de produtores pouco utiliza as linhas oficiais de crédito devido à falta de conhecimento ou por ser aversa a tomar dinheiro emprestado em bancos – preferindo inclusive captar recursos com juros mais caros através das revendas ou utilizar somente recursos

próprios. Esse comportamento, no entanto, acaba por limitar a expansão do negócio.

O aumento do crédito oficial para a hortifruticultura é essencial. Um maior apoio – a taxas de juros baixas – para o custeio, investimento e comercialização ajudaria a equilibrar o fluxo de caixa do hortifruticultor, podendo também minimizar a oscilação de preços do setor. Isso beneficiaria não só o produtor como o consumidor em geral, que convive com forte oscilação dos preços dos hortifrutícolas. Como visto, grande parte da safra é bancada pelo próprio produtor e, quando o resultado é negativo, falta recurso para investir na temporada seguinte, agravando o sobe-e-desce dos preços.

É preciso que o setor deixe de ser refém da falta de organização para dar um passo à frente nas políticas de crédito. Às entidades que superarem esse desafio, sugere-se uma lista de reivindicações para a adequação da política de crédito específicas para o setor. ■

SUGESTÕES PARA ADEQUAR A POLÍTICA DE CRÉDITO À HORTIFRUTICULTURA

- ⊙ Considerar hortaliças e frutas como um só grupo de acesso a linhas especiais de crédito;
- ⊙ Ampliar o valor de custeio por CPF para os produtores de hortaliças de modo a equipará-lo ao valor concedido a frutas;
- ⊙ Desenvolver uma política específica do Pronaf para os produtores de frutas e hortaliças, ampliando o limite de faturamento e o número de funcionários fixos por produtor;
- ⊙ Desenvolver uma linha de crédito de apoio à comercialização para frutas frescas que não podem ser estocadas. Uma das saídas seria promover linhas especiais para a aquisição do produto por atacadistas e supermercados. Um modelo de CPR que una o produtor, empresa de insumos e o comprador pode ser desenhado para financiar a lavoura;
- ⊙ Ampliar a cobertura do seguro rural para doenças dos hortifrutícolas que não apresentam controle agrônômico e implicam na erradicação da planta;
- ⊙ Equalizar o percentual de subvenção (subsídio) do governo federal para todos os hortifrutícolas em 60%.

